



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150556 - AL (2021/0224912-2)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : TIAGO DA CONCEICAO SANTOS (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por TIAGO DA CONCEICAO SANTOS contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS (HC n. 0803428-91.2021.8.02.0000).

O recorrente foi preso em flagrante delito em 29 de abril de 2021 e teve a preventiva decretada pela suposta prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Alega que os fundamentos adotados no decreto prisional não demonstram a imprescindibilidade da prisão para que o processo se desenvolva regularmente.

Sustenta a falta de fundamentação idônea da decisão que determinou a prisão preventiva na medida em que a "simples indicação de que o paciente figura no polo passivo de outra ação penal não pode ser fundamento válido para sustentar a prisão preventiva aqui atacada"(fl.94).

Aduz que o argumento de risco de reiteração delitiva denota que as autoridades coatoras estão exercendo uma suposta presunção de periculosidade.

Ressalta o caráter excepcional da prisão e destaca que as medidas cautelares precedem à aplicação da prisão preventiva e que, para o recorrente a única medida cautelar incompatível seria a fiança, por não dispor de meios para o seu pagamento (CPP, art. 350).

Requer, liminarmente, o relaxamento da prisão cautelar, expedindo-se o alvará de soltura.

No mérito, requer o provimento do recurso para que seja confirmada a liminar, com a concessão definitiva da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

O Tribunal deixou assentado o seguinte:

14 - Quanto à tese de que haveria ausência de fundamentação e requisitos no decreto preventivo, em análise preliminar dos autos, observo que se encontram presentes os necessários indícios de autoria, vez que o paciente está sendo acusado de ter sido abordado nas imediações do Colégio Douglas Apratto Tenório de posse de 01 (um) pedaço de tablete de maconha, pesando aproximadamente 75 (setenta e cinco) gramas, além da quantia de R\$60,00 (sessenta reais) em espécie.(fls. 79-80)

[...]

21 — Assevera-se, que o paciente, aparentemente, possui relevante apego à prática criminosa, vez que de acordo com a ficha criminal do mesmo, este já teria sido acusado da prática de diversos delitos, dentre eles: tráfico, furto, roubo, receptação, disparo de arma de fogo, lesão corporal e arrombamento, demonstrando assim necessidade de garantia da ordem pública diante da possibilidade de reiteração da conduta criminosa por parte do acusado.(fl. 81)

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente